



BANCO BV S.A.

(antiga BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A.)

CNPJ 01.858.774/0001-10

Avenida das Nações Unidas, 14.171, Torre A, 12º andar, parte, Vila Gertrudes, São Paulo - (SP), Brasil, CEP 04794-000

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações contábeis do Banco BV S.A. (BV S.A., Companhia ou Banco) relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.
O Banco BV S.A. é uma companhia de capital fechado que tem por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às carteiras autorizadas (comercial e de arrendamento mercantil, incluindo o banco digital), previstas pelas normas legais e regulamentares em vigor. O Banco BV S.A. é controlado integralmente pelo Banco Votorantim S.A., e suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que compõem o Conglomerado Financeiro Votorantim ("Conglomerado") e atuam integralmente, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos, e certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. As Demonstrações Contábeis, bem como Relatórios Gerenciais do Conglomerado estão disponíveis no

website <https://ri.bv.com.br/>.

Aquisição da Bankly

Em 02 de junho de 2023, o banco assinou o Acordo de Investimento definitivo para aquisição de 100% das ações da Acesso Soluções de Pagamento S.A. (Bankly) e o controle acionário da Accessopar Investimentos e Participações S.A. (Accessopar, holding da Bankly). A operação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil (Bacen) em 20 de outubro de 2023 e liquidada em 27 de novembro de 2023 (closing), após cumprimento das condições precedentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Resultado Bruto de Intermediação Financeira do Banco BV S.A. foi de R\$ 873,2 milhões, 18,3% superior ao mesmo período do ano anterior, quando registrou R\$ 738,3 milhões. Já o Resultado de Provisão para Perdas cresceu 49,3% no mesmo período de comparação, para R\$ 1.232,2 milhões, refletindo o cenário macroeconômico mais adverso com reflexos nos níveis de inadimplência para pessoas físicas, especialmente na carteira de cartões de crédito. O

Banco BV S.A. encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 com prejuízo de R\$ 465,3 milhões, comparado ao prejuízo de R\$ 242,8 milhões registrado no mesmo período de 2022. Tal desempenho reflete principalmente o aumento nas provisões para perdas, conforme mencionado acima. No encerramento do período, o Patrimônio Líquido do Banco BV S.A. era de R\$ 2.037,1 milhões, comparado a R\$ 1.267,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Tal variação reflete o aumento de capital social no montante de R\$ 1.200,0 milhões, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2023. Dessa forma, o Capital Social do Banco BV S.A. passou de R\$ 1.300,1 milhões para R\$ 2.500,1 milhões. O aumento de capital realizado foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 11 de julho de 2023. A administração do Banco BV S.A. agradece aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

A Diretoria

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 E SEMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Notas	2º Semestre		Exercício	
		2023	2022	2023	2022
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		592,977	710,768	1.233,421	1.324,423
Operações de crédito e arrendamento mercantil	10b	546.880	666.664	1.151.558	1.248.603
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	8c	20.386	40.700	49.632	72.416
Resultado das aplicações compulsórias	9b	8.489	3.404	15.009	3.404
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	10h	17.222	—	17.222	—
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(160,191)	(344,057)	(360,251)	(586,103)
Operações de captação no mercado	14c	(101.574)	(147.379)	(241.985)	(236.558)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	10h	(58.617)	(196.678)	(118.266)	(349.545)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		432,786	366,711	873,170	738,320
RESULTADO DE PROVISÃO PARA PERDAS		(478,781)	(495,295)	(1.232,220)	(825,289)
(Provisão) / reversão de provisão para perdas associadas a carteira de crédito	10f.1	(577.466)	(495.295)	(1.230.725)	(825.289)
Outras (provisões) / reversões de provisões para perdas associadas ao risco de crédito	—	(1.495)	—	(1.495)	—
RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS		(250,845)	(155,958)	(462,424)	(323,356)
Receitas de prestação de serviços	16a	124.559	134.227	243.584	244.253
Rendidas de tarifas bancárias	16b	43.876	61.831	86.859	126.688
Despesas de pessoal	16c	(97.858)	(68.794)	(214.148)	(136.652)
Outras despesas administrativas	16d	(260.122)	(187.119)	(428.863)	(369.442)
Despesas tributárias	19c	(40.779)	(45.148)	(81.735)	(86.880)
Resultado de participações em controladas e coligadas	12a	(4.910)	(6.924)	(8.151)	(9.450)
(Provisão) / reversão de provisão para passivos contingentes	22a.4	1.468	2.858	2.446	7.059
Outras receitas operacionais	16e	24.384	6.285	36.555	8.899
Outras despesas operacionais	16f	(41.453)	(53.204)	(98.971)	(107.831)
RESULTADO OPERACIONAL		(397,020)	(284,542)	(821,474)	(410,325)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAIS		17	2,281	2,606	2,254
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		(394,450)	(282,261)	(818,868)	(408,071)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		19d.2	183,072	127,939	392,790
PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS		(16,639)	(8,938)	(39,264)	(23,579)
(PREJUÍZO)		(228,017)	(163,260)	(465,342)	(242,760)
RESULTADO POR AÇÃO		18e/18d	—	—	—
(Prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações - R\$	—	—	(162,06)	(116,03)	(330,73)
Quantidade média ponderada de ações (lote de mil)	—	—	1.407	1.407	1.407

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 E SEMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	2º Semestre		Exercício	
		2023	2022	2023	2022
(Prejuízo) do período	—	(228.017)	(163.260)	(465.342)	(242.760)
Outros resultados abrangentes que são ou serão reclassificados subsequentemente para o resultado:		—	—	—	—
Variação no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	18e	30,676	3,390	35,286	(310)
Ajuste ao valor justo contra o patrimônio líquido	—	55.775	6.163	64.156	(565)
Efeito fiscal	—	(25.099)	(2.773)	(28.870)	255
Resultado abrangente		(197,341)	(159,870)	(430,056)	(243,070)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	2º Semestre		Exercício	
		2023	2022	2023	2022
Fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais		—	(818,868)	(408,072)	—
Resultado antes dos tributos e participações		—	(1,308,613)	890,904	—
Ajustes ao lucro antes dos tributos e participações		10f.1	1,286,023	879,174	—
Provisão / (reversão de provisão) para perdas associadas a carteira de crédito	—	—	1.496	14.840	—
Outras provisões / (reversões) associadas ao risco de crédito	16d	—	21.598	14.840	—
Amortizações	12a	—	8.151	9.450	—
Resultado de participações em coligadas ¹	—	—	—	—	—
Provisão / (reversão de provisão) para perdas de investimentos por incentivos fiscais	—	—	(2.486)	(2.249)	—
(Lucro) / prejuízo na alienação de ativos não financeiros mantidos para venda	17	—	(2)	37	—
Provisão / (reversão de provisão) para desvalorização de ativos não financeiros mantidos para venda	17	—	(21)	(2)	—
Despesas / (reversão de despesas) com provisões civis e fiscais	22a.4	—	(2.445)	(7.059)	—
Efeito das mudanças de taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	—	—	(639)	112	—
Despesas / (receitas) de atualização de depósitos em garantia	16e	—	(3,064)	(2,359)	—
Variações patrimoniais		(1,165,958)	42,082	—	—
(Aumento) / redução em títulos para negociação	—	—	(8,601)	—	—
(Aumento) / redução em relações interfinanceiras	—	—	(467,467)	574,178	—
(Aumento) / redução em operações de crédito e de arrendamento mercantil	—	—	(382,656)	(1,731,899)	—
(Aumento) / redução em outros ativos	—	—	(146,963)	(126,531)	—
(Aumento) / redução em ativos fiscais	—	—	(73,472)	(38,182)	—
(Aumento) / redução de ativos não financeiros mantidos para venda	—	—	(14)	(41)	—
(Redução) / aumento em depósitos	—	—	(143,734)	1,361,097	—
(Redução) / aumento em passivos fiscais	—	—	69,202	29,539	—
(Redução) / aumento em outros passivos	—	—	(12,253)	(26,019)	—
Imposto de renda e contribuição social pagos		—	(39,053)	(193,952)	—
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais		—	(715,266)	331,963	—
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento		—	—	—	—
(Aquisição) ativação de intangíveis	—	—	(122,380)	(24,780)	—
(Aquisição) / aumento de investimentos em participações em coligadas	—	—	(241,547)	(107,399)	—
Alienação / redução de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	—	—	(444,381)	5,299	—
Caixa gerado (utilizado) pelas atividades de investimento		—	(808,309)	(126,880)	—
Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento		—	—	—	(59,500)
Juros sobre o capital próprio pagos ²	—	—	—	(59.500)	—
Capital social	18a	—	1.200,000	—	(59.500)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades de financiamento		—	1,200,000	(59,500)	—
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		—	(323,574)	145,583	—
No início do exercício	—	—	600,727	455,256	—
Efeito das mudanças de taxas de câmbio em caixa e equivalente de caixa	—	—	639	(112)	—
No final do exercício	—	—	277,792	600,727	—
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		—	(323,574)	145,583	—

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	Exercício/		Exercício/	
		2023	2022	2023	2022
Receitas / Despesas		—	356,118	—	867,277
Faixas de intermediação financeira	—	—	1.233.421	—	1.324.423
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	16a/16b	330.442	370.941	370.941	—
Resultado de provisão para perdas (Provisão) / reversão de provisão para passivos contingentes	22a.4	2.446	7.059	7.059	—
Outras receitas / (despesas)	—	22.029	(9.857)	(9.857)	—
Despesas da intermediação financeira		(360,251)	(586,103)	(586,103)	(586,103)
Insuamos adquiridos de terceiros		(499,296)	(439,607)	(439,607)	(439,607)
Materiais, água, energia e gás	16d	(927)	(200)	(200)	—
Serviços de terceiros	16d	(6.216)	(1.843)	(1.843)	—
Comunicações	16d	(7.486)	(5.995)	(5.995)	—
Processamento de dados	16d	(176.199)	(165.974)	(165.974)	—
Transportes	16d	(485)	(71)	(71)	—
Publicações	16d	—	(31)	(31)	—
Serviços do sistema financeiro	16d	(9.836)	(4.419)	(4.419)	—
Propaganda e publicidade	16d	(4.849)	(33.527)	(33.527)	—
Serviços técnicos especializados	16d	(122.422)	(105.143)	(105.143)	—
Emolumentos judiciais e cartorários	16d	(1.249)	(976)	(976)	—
Custos associados à produção - Parceiros comerciais	16f	(26.702)	(30.902)	(30.902)	—
Custos associados à produção - Outras despesas	16f	(55.135)	(55.919)	(55.919)	—
Impostos e multas de bens arrendados	16d	(4.401)	(4.090)	(4.090)	—
Outras	16d	(74.389)	(30.617)	(30.617)	—
Despesas de amortização	16d	(494.429)	(158.433)	(158.433)	—
Valor adicionado / (consumido) líquido produzido pela companhia		—	(516,027)	(173,273)	—
Valor adicionado / (consumido) recebido em transferência		—	(8,151)	(9,450)	—
Resultado de participações em coligadas e controladas	—	—	(8.151)	(9.450)	—
Valor adicionado / (consumido) total a distribuir		(524,178)	100,00%	(182,723)	100,00%
Contribuições Filantrópicas		—	0,00%	1,108	-0,61%
Pessoal		219,543	41,88%	139,655	-76,44%
Salários e honorários	16c	139.716	90.093	90.093	—
Participação nos lucros e resultados	—	39.264	23.579	23.579	—
Benefícios, treinamentos e outros	16c	28.955	18.702	18.702	—
FGTS	—	11.608	7.281	7.281	—
Impostos, taxas e contribuições		(281,474)	53,70%	(81,434)	44,57%
Federais	—	(289.548)	(89.896)	(89.896)	—
Municipais	—	8.074	8.462	8.462	—
Remuneração de capitais de terceiros		3,095	-0,59%	708	-0,39%
Aluguéis	16d	3.095	708	708	—
Remuneração de capitais próprios		(465,342)	88,78%	(242,760)	132,87%
(Prejuízo) absorvido	—	(465.342)	(242.760)	(242.760)	—
Valor adicionado / (consumido) distribuído		(524,178)	100,00%	(182,723)	100,00%

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	Exercício/		Exercício/	
		2023	2022	2023	2022
Receitas / Despesas		—	356,118	—	867,277
Faixas de intermediação financeira	—	—	1.233.421	—	1.324.423
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	16a/16b	330.442	370.941	370.941	—
Resultado de provisão para perdas (Provisão) / reversão de provisão para passivos contingentes	22a.4	2.446			



BANCO BV S.A.
(antiga BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A.)

CNPJ 01.858.774/0001-10
Avenida das Nações Unidas, 14.171, Torre A, 12º andar, parte, Vila Gertrudes, São Paulo - (SP), Brasil, CEP 04794-000

→ continuação **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Caracterizam-se como ativos problemáticos os ativos financeiros com atraso acima de noventa dias ou quando existirem indicativos de que o ativo não será realizado sem que seja necessário recorrer a garantias e colaterais. Constituem indicativos de que o ativo não será realizado (i) quando a Companhia considera que o devedor já não possui capacidade financeira para honrar sua obrigação, (ii) se a Companhia reconhece contabilmente deterioração significativa da qualidade do crédito do devedor, (iii) se a operação é objeto de renegociação que implique concessão de vantagens ao devedor em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou de seus mitigadores (reestruturação de dívida), (iv) se a Companhia pede a falência ou toma outra medida similar em relação ao devedor, ou (v) se o devedor solicita qualquer tipo de medida judicial que limite, atrase ou impeça o cumprimento de suas obrigações nas condições pactuadas.

As operações de crédito classificadas como ativos problemáticos podem ser revertidas à condição de ativos em curso normal desde que exista evidência de que o devedor retomou sua capacidade de honrar suas obrigações nas condições pactuadas. A Administração avalia se o devedor (i) não possui qualquer pendência em atraso há mais de noventa dias, (ii) se o ativo já não atende aos critérios de caracterização de ativos problemáticos, (iii) se ocorreram pagamentos contínuos e efetivos em período não inferior a 3 meses e (iv) se a situação financeira do devedor melhorou de tal modo que a realização do ativo seja provável. A provisão para perdas associadas ao risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 (nota explicativa 10f).

Os ativos financeiros cedidos consideram o grau de transferência dos riscos e benefícios dos ativos transferidos para uma outra entidade:
 • Quando são transferidos ativos financeiros para uma outra entidade, mas não há transferência substancial dos riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos, os ativos permanecem reconhecidos no Balanço da Companhia. As receitas e despesas decorrentes dessas operações são reconhecidas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente dessas operações; e
 • Quando são transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos para uma entidade, os ativos são baixados do Balanço da Companhia.

h) Ativos não financeiros mantidos para venda
 Registram-se como bens não de uso próprio da instituição os bens adjudicados, recebidos em pagamento ou por qualquer outra forma reconhecidas para a liquidação ou amortização de dívidas, que não destinados ao próprio uso da Companhia, tomando-se por base os seguintes critérios de reconhecimento:
 • São reconhecidas na data do seu recebimento pela instituição e são avaliadas pelo menor valor entre o valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução que lhe deu origem ou o valor justo do bem, líquido de despesas de vendas. Considera-se como data de recebimento a data em que a instituição obteve a posse, o domínio e o controle do bem, observadas as particularidades legais e características de cada tipo de ativo; e
 • A Companhia avalia periodicamente se há alguma indicação de que esses bens possam ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade estima o seu valor recuperável. Se o valor recuperável for inferior ao valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado em "Outras despesas não operacionais".

i) Investimentos
 Os investimentos em entidades com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base no valor do patrimônio líquido da entidade.
 Nas Demonstrações Contábeis, os ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) pagos na aquisição de investimentos, correspondentes aos montantes desembolsados que excedam o valor justo dos ativos identificáveis deduzido do valor justo dos passivos assumidos ("valor justo"), são amortizados com base no prazo e nos resultados projetados constantes em laudo (estudo técnico) que fundamentou sua origem.
 Os saldos correspondentes à diferença entre o valor justo e o valor contábil do patrimônio líquido da investida ("mais-valia") são amortizados em função do prazo de realização dos ativos e exigibilidade dos passivos que lhe deram origem. A diferença positiva entre o valor de aquisição e o valor justo que não tenha fundamento econômico em benefícios futuros é reconhecido no resultado do período como Outras receitas e despesas não operacionais. Para análise de redução ao valor recuperável de ágio sobre investidas, a Companhia segue a prática do Conglomerado que definiu as Unidades Geradoras de Caixa (UGC) considerando o nível mais baixo em que o ágio é monitorado para fins de administração interna.

j) Intangíveis
 O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida e referem-se basicamente a softwares e licenças ou direitos de uso (nota explicativa 13). A amortização destes intangíveis é efetuada pelo método linear com base no prazo que o benefício é gerado e é incidente sobre o valor amortizável (correspondente ao custo de aquisição deduzido do valor residual, quando aplicável), a partir da data de disponibilização do ativo intangível para uso e contabilizada em Outras despesas administrativas - Amortização (nota explicativa 16d). A vida útil e o valor residual desses ativos, quando aplicável, são revisados anualmente ou quando há alterações significativas nas premissas utilizadas. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são passíveis de amortização e são testados anualmente quanto ao seu valor recuperável.

k) Resultado por ação
 A divulgação do resultado por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 - Resultado por ação. O lucro / (prejuízo) básico e diluído por ação da Companhia foi calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de suas ações. Não há distinção no método de cálculo de ambos os índices, uma vez que a Companhia não mantém ações em tesouraria e não há atualmente instrumentos de patrimônio ou qualquer instrumento associado que produzam potencial diluição.
 Quando o número de ações ordinárias ou ações ordinárias potenciais totais diminuído como resultado de grupamento de ações, o cálculo do resultado básico e diluído por ação para todos os períodos apresentados é ajustado, para fins de comparabilidade.

l) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - Imparidade e baixa
 A Companhia avalia o valor recuperável de ativos não financeiros em períodos diferentes, de acordo com sua natureza. Se houver alguma indicação de desvalorização, a Companhia estima o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.
 Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado, de acordo com a natureza do ativo.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:
Investimentos: A metodologia do valor recuperável dos investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial baseia-se na avaliação dos resultados das empresas investidas, seus planos de negócios e capacidade de retorno dos montantes investidos. É reconhecida uma provisão para perda por imparidade no resultado do período, quando o valor contábil de um investimento, incluindo ágio, exceder seu valor recuperável. Os testes de redução ao valor recuperável são realizados, no mínimo, anualmente.
Intangível: Softwares adquiridos, desenvolvidos internamente e licenças de uso - os softwares desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades da Companhia fazem parte da política de investimento para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos softwares, assim como das licenças de uso, consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um software ou licença não atinja a geração de benefícios econômicos futuros previstos pela Administração, ajusta-se o valor recuperável do ativo intangível. A Administração realiza testes de redução ao valor recuperável no mínimo anualmente para softwares em desenvolvimento e anualmente para softwares concluídos.

Ativos não financeiros mantidos para venda: Para veículos, a provisão para desvalorização é constituída mensalmente com base no prazo de permanência do BNDU (obsolescência do bem). Para os registros, superiores a 720 dias é constituída provisão de 100% sobre o saldo contábil. Os inventários físicos são realizados anualmente nos pátios.
 As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas notas explicativas.
Baixa de ativos: Os ativos são baixados, inclusive os intangíveis, quando a provisão para redução ao valor recuperável - imparidade atingir 100% do custo do ativo e, também, for constatada a inexistência, em definitivo, de benefícios econômicos futuros, seja por obsolescência, descontinuidade de uso ou quando não houver, sob quaisquer circunstâncias, a capacidade de mensurar com confiabilidade tais benefícios econômicos.

m) Benefícios a empregados
 O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de benefícios a empregados de curto e longo prazo são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, seguindo o disposto na Resolução CMN nº 4.877/2020. Em consonância com o regime de competência, o pronunciamento requer que a entidade reconheça um passivo em contrapartida do resultado do período quando o colaborador presta serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro.
 O Conglomerado, do qual a Companhia é integrante, possui um programa de remuneração variável elegível aos seus diretores e empregados. Os valores a serem pagos atualizados de acordo com o período de carência (de um a no máximo quatro anos) e com as características de cada benefício são registrados em "Outros passivos - Provisão para despesas de pessoal" em contrapartida à rubrica de "Despesas de pessoal - Proventos". Detalhes do programa estão divulgados na nota explicativa 21.
 Os valores referentes a participação nos lucros e resultados (PLR), estabelecido pela Lei nº 10.101/2000, são reconhecidos em "Outros passivos - Provisão para participação nos lucros e resultados" em contrapartida ao resultado, em "Participação nos lucros e resultados".

n) Depósitos
 Os depósitos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do Balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.
 Os custos incorridos na emissão de títulos ou outras formas de captação que se enquadram como custos de transação são reconhecidos no resultado no regime de competência pelo prazo das operações originárias, e são apresentados como redutores do passivo correspondente.

o) Tributos
 Os tributos, incluindo os incidentes sobre a receita, são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

	Alíquotas vigentes
Tributos sobre o lucro	
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL ¹	20%
Demais tributos	
PIS/PASEP	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN ²	De 2% a 5%
Demais tributos	
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS 4%	
¹ A Lei nº 14.446, de 02 de setembro de 2022, elevou a alíquota da CSLL dos bancos, de 20% para 21% de 01 de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022, retornando às alíquotas anteriores a partir de 01 de janeiro de 2023.	
² Tributos incidentes sobre a receita com prestação de serviços.	

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. No caso de alteração da legislação tributária que modifique critérios e alíquotas a serem adotados em períodos futuros, os efeitos são reconhecidos imediatamente com base nos critérios e alíquotas aplicáveis ao período em que cada parcela do ativo será realizada ou do passivo liquidado. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020 e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

A Companhia reconhece o Imposto de Renda diferido, calculado à alíquota de 25% sobre o ajuste de superveniência de depreciação da carteira de arrendamento mercantil.

p) Provisões, passivos contingentes, obrigações legais e ativos contingentes
 O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 (nota explicativa 22). Os passivos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.
 Com base em prognósticos de resultados a serem avaliados pela Administração, a Companhia constitui provisão para as demandas de natureza fiscal e civil. Para os processos judiciais de natureza trabalhista, a apuração do volume de provisão é realizada por meio de avaliações jurídicas e modelos estatísticos. Já para processos judiciais de natureza fiscal, o valor provável de perda é estimado através da avaliação de assessores jurídicos (método individualizado). Para as causas cíveis consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante, a apuração do volume de provisão é realizada por meio de modelo estatístico com base na perda observada no histórico de ações encerradas de mesmas características (método massificado). Para as causas de natureza civil não usuais, ou cujo valor seja considerado relevante, o valor provável de perda é estimado através da avaliação de assessores jurídicos (método individualizado).
 As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade e tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis.
 Ativos contingentes geralmente decorrem de eventos não planejados ou outros eventos inesperados que originam a possibilidade de um fluxo de entrada de benefícios econômicos à entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é realizado nas Demonstrações Contábeis.

q) Outros ativos e passivos
Despesas antecipadas
 São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.
Outros itens patrimoniais
 Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

r) Eventos Subsequentes
 Entre o encerramento do exercício e a data de autorização da emissão das Demonstrações Contábeis, podem existir eventos que, sob determinadas condições, demandam ou não ajustes às Demonstrações Contábeis.
 Eventos que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as Demonstrações Contábeis demandam ajustes nestas demonstrações, enquanto que eventos que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações contábeis, não demandam ajustes.
 Quando o evento subsequente demandar ajustes nas Demonstrações Contábeis do exercício encerrado, por exemplo perda por redução ao valor recuperável no crédito em caso de falência ou outros fatos relevantes de deterioração do crédito avaliados caso a caso, a Administração faz a atualização de suas divulgações contábeis reconhecendo os impactos no balanço patrimonial e no resultado, o que for aplicável. Para os eventos que não originam ajustes, a Administração divulga a natureza do evento e a estimativa de efeito financeiro para cada categoria significativa, quando aplicável, na nota explicativa de Eventos subsequentes.

5. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS CONTÁBEIS E JULGAMENTOS
1) Principais estimativas contábeis e julgamentos realizados no uso destas estimativas, bem como na aplicação de políticas contábeis
 A elaboração de Demonstrações Contábeis exige a aplicação de certas premissas e julgamentos relevantes sobre eventos futuros que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material sobre essas demonstrações. A Administração, aplica em base continuada e com revisão periódica, julgamentos que afetam os montantes apresentados nas Demonstrações Contábeis, sendo que os resultados efetivamente incorridos podem ser divergentes das estimativas. A seguir, estão descritas políticas contábeis adotadas que possuem elevado nível de julgamento e norteam aspectos relevantes na apuração de nossas operações.

a) Provisão para perdas prováveis associadas ao risco de crédito de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com característica de concessão de crédito
 Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco que podem tornar o ativo com problemas de recuperação de crédito, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grau econômico, seguindo o disposto na Resolução CMN nº 2.682/1999.
 Maiores detalhes sobre os critérios utilizados na mensuração das perdas associadas ao risco de crédito são apresentados na nota explicativa 10f.

b) Provisões para redução ao valor recuperável e baixas de títulos e valores mobiliários
 A Administração aplica julgamentos para identificação e provisionamento de operações que tenham perdas em seu valor recuperável, incluindo a classificação e mensuração de ativos problemáticos, considerando, no mínimo, as seguintes situações:
 (i) Significativa dificuldade financeira do emitente ou do obrigado; (ii) Quebra de contrato, tal como o descumprimento ou atraso nos pagamentos de juros de principal;
 (iii) Concessão de benefício ao emitente ou obrigado, por razões econômicas ou legais relacionadas com suas dificuldades financeiras, realizada pela Companhia ou suas empresas ligadas, que não seria considerada em condições normais;
 (iv) Processo de falência ou reorganização financeira pelo devedor/tomador de provável;
 (v) Desaparecimento de mercado ativo para esse ativo financeiro devido a dificuldades financeiras; dentre outras.
 Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não há provisão para perdas por redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários.

c) Projeção de resultados futuros para a realização de créditos tributários
 A realização de créditos tributários está suportada pelas projeções orçamentárias da Companhia, devidamente aprovadas pelos órgãos de governança. Referidas projeções estão embasadas no planejamento estratégico vigente, que considera premissas de plano de negócios, estratégias corporativas, cenário macroeconômico como inflação e taxa de juros, desempenho histórico e expectativa de crescimento futuro, dentre outros.
 Este item é apontado especialmente por conta da representatividade dos saldos de créditos tributários ativos, pela utilização de estimativas de rentabilidade futura que incorrem em alto grau de julgamento e pelos impactos relevantes que mudanças de premissas podem trazer para as Demonstrações Contábeis. O detalhamento sobre a projeção de realização de créditos tributários com base em resultados futuros está apresentado na nota explicativa 19.a.2.

d) Valor justo de instrumentos financeiros
 São empregadas técnicas específicas de avaliação do valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos e para os quais os preços e parâmetros de mercado não estão disponíveis (níveis 2 e 3 da hierarquia do valor justo). Tal apuração incorpora premissas sob julgamento da Administração, a qual leva em consideração a avaliação das informações e circunstâncias de mercado.
 As metodologias usadas para avaliar o valor justo de determinados instrumentos financeiros estão descritas na nota explicativa 23.

e) Provisões para passivos contingentes - Fiscais e cíveis
 Com base em prognósticos de perda avaliada pela Administração, é constituída provisão para as demandas de natureza fiscal e cível através de avaliações jurídicas e modelos estatísticos.
 A avaliação de prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada demanda, considerando as fases processuais, decisões e jurisprudência dominante, e pode incorrer em alto grau de julgamento.
 O detalhamento das provisões para passivos contingentes está apresentado na nota explicativa 22.

f) Amortização e redução ao valor recuperável de ágio por expectativa de rentabilidade futura
 De acordo com as normas do Banco Central, o ágio contabilizado na investidora ou controladora, que tenha fundamento na previsão de resultados futuros da coligada ou controlada, deve ser amortizado em consonância com os prazos de projeções que o justificaram. Este tratamento também se aplica aos saldos correspondentes à mais-valia apurados na aquisição de empreendimentos imobiliários, quando atribuídos ao estoque de imóveis concluídos ou terrenos, que são amortizados em função da realização (venda) dos ativos da investida que lhe deram origem, ou realizados em caso de redução ao valor recuperável dos ativos correspondentes. A estimativa dos prazos de geração de resultados futuros dos investimentos em coligada, controlada ou empreendimento controlado em conjunto para os quais tenha sido reconhecido ágio envolve julgamentos significativos por parte da Administração.
 Adicionalmente, os ágios são testados periodicamente quanto ao seu valor recuperável, os quais também envolvem premissas e um grau considerável de julgamentos na estimativa dos fluxos de caixa futuros e nas taxas de desconto utilizadas para calcular o valor presente destes fluxos.

g) Redução ao valor recuperável de investimentos, de ativos intangíveis e de outros ativos
 O teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.
 Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados.
 A aplicação geral dos critérios de reconhecimento da provisão para perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros está descrita na nota explicativa 4f.

h) Aplicação em fundos de investimentos em participação (FIPs)
 As aplicações em cotas de fundos de investimento em participação qualificadas como organização de capital de risco, independente de exercer influência significativa, são classificadas como títulos e valores mobiliários, mensurados a valor justo no patrimônio líquido.
 A mensuração de valor justo desses ativos incorre em grau significativo de julgamento na adoção de premissas, conforme descrito na nota explicativa 23.

6. RESULTADOS NÃO RECORRENTES
 Para classificação de resultados não recorrentes, a Companhia considera as receitas e despesas provenientes de atos e fatos administrativos não usuais ou que possuam baixa probabilidade de ocorrência em exercícios consecutivos, em consonância aos critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 2/2020. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a totalidade do resultado da Companhia é classificado como resultado recorrente.

	31.12.2023	31.12.2022
Disponibilidades	4.212	4.928
Disponibilidades em moeda nacional	503	-
Disponibilidades em moeda estrangeira	3.709	4.928
Aplicações Interfinanceiras de liquidez¹	273.580	595.799
Aplicações no mercado aberto - Revendas a liquidar - Posição bancada	273.580	595.799
Total¹	277.792	600.727

¹ Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
a) Resumo da carteira por categoria

Por categoria	31.12.2023		31.12.2022	
	Total	% Carteira	Total	% Carteira
1 - Títulos para negociação ¹	8.601	1%	-	0%
2 - Títulos disponíveis para venda	771.817	99%	263.280	100%
Valor contábil / valor justo da carteira	780.418	100%	263.280	100%
Ativo circulante	771.817		263.280	
Ativo não circulante	8.601		-	

¹ Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos para negociação" são apresentados como ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento, conforme a Circular Bacen nº 3.068/2001.

b) Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

Vencimento	31.12.2023			31.12.2022		
	Sem Vencimento	De 1 a 5 anos	Total	Sem Vencimento	De 1 a 5 anos	Total
1 - Títulos disponíveis para venda	8.601	8.598	8.601	3	-	-
Títulos públicos	8.601	8.598	8.601	3	-	-
Letras Financeiras do Tesouro	8.601	8.598	8.601	3	-	-
2 - Títulos disponíveis para venda	513.180	258.637	771.817	58.570	274.232	263.280
Títulos públicos	258.637	264.223	258.637	(5.586)	269.662	247.757
Notas do Tesouro Nacional	-	264.223	264.223	(5.586)	269.662	247.757
Títulos privados	513.180	-	448.024	513.180	64.156	4.570
Cotas de fundos de investimentos	513.180	-	448.024	513.180	64.156	4.570
Total	513.180	267.238	721.845	58.573	274.232	263.280

c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	2º Semestre/2023	2º Semestre/2022	Exercício/2023	Exercício/2022
Aplicações interfinanceiras de liquidez	8.026	31.251	27.468	53.465
Títulos de renda fixa	9.842	9.528	19.616	18.996
Aplicações em fundos de investimento	1.879	33	1.909	67
Aplicações em moeda estrangeira ¹	639	(112)	639	(112)
Total	20.386	40.700	49.632	72.416

¹ Inclui variação cambial sobre ativos.
d) Reclassificações de títulos e valores mobiliários
 Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários entre categorias nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e a Companhia não possui títulos mantidos até o vencimento, em conformidade com a Circular Bacen nº 3.068/2001.

9. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS
a) Composição

	31.12.2023	31.12.2022
Ativo	121.403	36.660
Créditos vinculados - Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	121.403	36.660
Operações de microfinanças	2.404	1.382
Pagamentos instantâneos	118.999	35.278
Passivo	3.049.257	3.431.981
Pagamentos e recebimentos a liquidar - Transações de pagamento	3.049.257	3.431.981
Cartões de crédito	3.049.257	3.431.981
Ativo circulante	121.403	36.660
Passivo circulante	3.049.257	3.431.981

b) Resultado das aplicações compulsórias

	2º Semestre/2023	2º Semestre/2022	Exercício/2023	Exercício/2022
Créditos vinculados ao Banco Central do Brasil	8.489	3.404	15.009	3.404
Depósitos instantâneos	8.489	3.404	15.009	3.404
Total	8.489	3.404	15.009	3.404

10. CARTEIRA DE CRÉDITO
a) Carteira por modalidade

	31.12.2023	31.12.2022
Operações de crédito	2.120.211	2.317.247
Empréstimos e títulos descontados	2.120.211	2.317.247
Outros créditos com características de concessão de crédito	3.002.357	3.503.018
Operações com cartões de crédito	3.002.357	3.503.018
Carteira de arrendamento mercantil	32.609	37.263
Total da carteira de crédito	5.155.177	5.857.528

Provisão para perdas associadas ao risco de crédito
 (Operações de crédito)
 (Outros créditos com características de concessão de crédito)
 (Carteira de arrendamento mercantil)

Total da carteira de crédito líquido de provisões	3.996.495	4.899.862
Ativo circulante	3.565.464	4.300.628
Ativo não circulante	431.031	599.234

b) Resultado de operações de crédito e arrendamento mercantil

	2º Semestre/2023	2º Semestre/2022	Exercício/2023	Exercício/2022
Operações de crédito	544.986	669.567	1.145.377	1.249.008
Empréstimos e títulos descontados	544.333	668.817	1.143.152	1.247.124
Outras	653	750	2.225	1.8



BANCO BV S.A.

(antiga BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A.)

CNPJ 01.858.774/0001-10

Avenida das Nações Unidas, 14.171, Torre A, 12º andar, parte, Vila Gertrudes, São Paulo - (SP), Brasil, CEP 04794-000

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

f.2) Movimentação
Compreendem as operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com característica de concessão de crédito.

	Exercício/2023	Exercício/2022
Saldo inicial	957.666	807.649
Constituição / (reversão)	1.288.024	879.174
Baixas para prejuízo	(1.085.008)	(529.157)
Saldo final	1.158.682	957.666

g) Concentração das operações de crédito

	31.12.2023	% da carteira	31.12.2022	% da carteira
Maior devedor	4.300	0,08%	6.571	0,11%
10 Maiores devedores	26.629	0,52%	34.786	0,59%
20 Maiores devedores	35.331	0,69%	41.170	0,70%
50 Maiores devedores	43.299	0,84%	48.853	0,83%
100 Maiores devedores	49.566	0,96%	54.447	0,93%

h.1) Resultado com venda ou transferência de ativos financeiros

	2º Semestre/2023	2º Semestre/2022	Exercício/2023	Exercício/2022
Rendas com cessão com retenção substancial dos riscos e benefícios	17.222	-	17.222	-
Despesas com cessão sem retenção substancial dos riscos e benefícios ¹	(58.617)	(196.678)	(118.266)	(349.545)
Total	(41.395)	(196.678)	(101.044)	(349.545)

¹ Antes do reconhecimento do prejuízo, as respectivas provisões para perdas associadas ao risco de crédito existentes para as operações cedidas foram revertidas e os impactos estão apresentados no resultado na linha "(Provisão) / reversão de provisão para perdas associadas a carteira de crédito" no montante de R\$ 123.874 (R\$ 372.237 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

i) Movimentação dos créditos renegociados

	2º Semestre/2023	2º Semestre/2022	Exercício/2023	Exercício/2022
Montante de créditos renegociados no período¹	348.825	332.564	703.567	552.579
Renegociados por atraso ²	55.212	37.516	103.667	70.831
Renovados ³	293.613	295.048	599.900	481.748
Movimentação dos créditos renegociados por atraso	46.611	21.220	28.296	36.909
Contratações	55.212	37.516	103.667	70.831
(Recebimento) e apropriação de juros	(8.645)	(21.389)	(20.327)	(50.345)
Baixa para prejuízo	(32.035)	(9.051)	(50.493)	(29.101)
Saldo final	61.143	28.296	61.143	28.296

¹ Representa o montante renegociado no período das operações de crédito, vincendas ou em atraso.
² Créditos renegociados no período para composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento pelos clientes.
³ Créditos renegociados de operações não vincendas para prorrogação, novação, concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

j) Outras informações
No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o valor total de créditos a liberar totalizou R\$ 5.522.037 (R\$ 7.014.515 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

11. OUTROS ATIVOS

a) Composição

	31.12.2023	31.12.2022
Outros ativos financeiros	324.908	246.480
Relações com correspondentes	2.963	1.289
Outros créditos e rendas a receber	104.634	24.483
Transações de cartão de crédito	217.210	220.708
Outros	101	-
Outros ativos	127.681	53.597
Despesas antecipadas	750	1.332
Devedores diversos - No país	18.215	9.766
Devedores por depósitos em garantia - Contingências (Nota 2c)	39.645	40.133
Valores a receber de sociedades ligadas	66.590	490
Outros	2.481	1.876
Total	452.589	300.077
Ativo circulante	408.107	258.743
Ativo não circulante	44.482	41.334

12. INVESTIMENTOS

a) Movimentações nas participações em coligadas e controladas

	31.12.2022	Movimentação do exercício/2023	31.12.2023	Exercício/2022
Valor do investimento	-	Resultado	Valor do investimento	Resultado
No país - Controladas do BV S.A.¹	-	33.472 (1.207)	32.264	-
Bankly	-	16.766 (558)	16.208	-
Acessopar	-	16.706 (649)	16.056	-
No país - Coligadas do BV S.A.	1.424	4.026 (5.450)	-	(9.191)
Coligadas	1.424	4.026 (5.450)	-	(9.191)
Ágio na aquisição²	96.525	202.813 (1.494)	299.081	(259)
Total	97.949	240.311 (6.151)	331.345	(9.450)

¹ Investimentos adquiridos em novembro de 2023 (Nota 2a).
² Considera ágio de R\$ 95.031(R\$ 96.525 em 31 de dezembro de 2022) relacionado as coligadas e R\$ 204.050 de controlada adquirida em novembro de 2023 (Nota 2a).

b) Informações financeiras resumidas das controladas e coligadas nas Demonstrações Contábeis

	31.12.2023			31.12.2022		
	Controladas do Banco BV S.A. ¹	Coligadas do Banco BV S.A. ²	Controladas do Banco BV S.A. ¹	Coligadas do Banco BV S.A. ²	Controladas do Banco BV S.A. ¹	Coligadas do Banco BV S.A. ²
Ativo Total³	365.517	18.224	-	21.117	-	21.117
Passivo Total³	365.517	18.224	-	21.117	-	21.117
Passivo	317.044	31.343	-	16.477	-	16.477
Patrimônio líquido	48.473	(13.119)	-	4.640	-	4.640
Resultado do período²	(21.916)	(7.618)	-	(21.726)	-	(21.726)
Resultado do período²	(40.661)	(15.637)	-	(29.959)	-	(29.959)

¹ Investimento adquirido em novembro de 2023 (nota 2a).
² Para efeito de equivalência patrimonial, contempla defasagem de 2 meses no respectivo balancete.
³ As informações de ativos, passivos e resultado não estão ajustadas pelos percentuais detidos pelo Banco BV S.A. A posição patrimonial das empresas não considera a data de início do investimento.

13. INTANGÍVEL

a) Composição

	31.12.2023			31.12.2022		
	Valor de custo	Amortizável acumulada	Saldo contábil	Valor de custo	Amortizável acumulada	Saldo contábil
Softwares adquiridos	186	(186)	-	186	(186)	-
Softwares desenvolvidos internamente	201.477	(44.052)	157.425	79.097	(22.454)	56.643
Total	201.663	(44.238)	157.425	79.283	(22.640)	56.643

O prazo remanescente de amortização é de até 10 anos.

b) Movimentação

	31.12.2022	Exercício/2023	31.12.2023
Saldo contábil	56.643	122.380 (21.598)	157.425
Total	56.643	122.380 (21.598)	157.425

	31.12.2022	Exercício/2023	31.12.2023
Saldo contábil	46.703	24.780 (14.840)	56.643
Total	46.703	24.780 (14.840)	56.643

¹ No período, não houve baixa de ativos intangíveis.

14. DEPÓSITOS

a) Composição

	31.12.2023	31.12.2022
Depósitos à vista	173.549	125.967
Pessoas físicas ¹	173.549	125.967
Depósitos interfinanceiros	1.942.729	2.270.398
Depósitos a prazo	226.897	90.544
Moeda nacional	226.897	90.544
Total	2.343.175	2.486.909
Passivo circulante	2.228.356	2.397.276
Passivo não circulante	114.819	89.633

¹ Contempla valores a devolver a clientes, no âmbito do sistema de valores a receber (SVR).

b) Segregação de depósitos por prazo de exigibilidade em 31 de dezembro de 2023

	Sem venc.	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	31.12.2023	31.12.2022
Depósitos à vista	173.549	-	-	-	-	173.549	125.967
Depósitos interfinanceiros	-	642.768	1.299.961	-	-	1.942.729	2.270.398
Depósitos a prazo	-	35.090	76.988	114.524	295	226.897	90.544
Total	173.549	677.858	1.376.949	114.524	295	2.343.175	2.486.909

c) Despesas com operações de captação no mercado

	2º Semestre/2023	2º Semestre/2022	Exercício/2023	Exercício/2022
Despesas de captações com depósitos	(101.416)	(147.378)	(241.725)	(236.556)
Depósitos a prazo	(12.683)	(4.807)	(19.847)	(7.390)
Depósitos interfinanceiros	(88.723)	(142.571)	(221.878)	(229.166)
Despesas de captações no mercado aberto	(158)	(1)	(260)	(2)
Carteira própria	(158)	(1)	(260)	(2)
Total	(101.574)	(147.379)	(241.985)	(236.558)

15. OUTROS PASSIVOS

	31.12.2023	31.12.2022
Outros passivos financeiros	186.724	225.706
Operações com cartão de crédito	121.533	154.583
Rendas antecipadas	65.191	71.123
Outros passivos	165.373	97.886
Recursos em trânsito de terceiros	7.136	7.959
Provisão para participação nos lucros e resultados	38.148	21.396
Provisão para despesas de pessoal	24.436	21.204
Provisão para despesas administrativas	12.808	20.777
Obrigações legais (Nota 2d)	1.882	1.387
Credores diversos - No país	5.304	2.004
Valores a pagar a sociedades ligadas	70.139	23.159
Provisão para perda - Outros riscos	1.495	-
Outros	4.025	-
Total	352.098	323.592
Passivo circulante	350.966	318.613
Passivo não circulante	1.132	4.978

16. RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a) Receitas de prestação de serviços

	2º Semestre/2023	2º Semestre/2022	Exercício/2023	Exercício/2022
Transações de cartão de crédito	124.313	133.965	243.068	243.702
Comissões sobre seguros	246	262	516	551
Total	124.559	134.227	243.584	244.253

b) Rendas de tarifas bancárias

	2º Semestre/2023	2º Semestre/2022	Exercício/2023	Exercício/2022
Rendas de cartão de crédito	43.876	61.831	86.859	126.688
Total	43.876	61.831	86.859	126.688

c) Despesas de pessoal

	2º Semestre/2023	2º Semestre/2022	Exercício/2023	Exercício/2022
Honorários, pro-labore e outros	(1.917)	(1.160)	(4.188)	(2.347)
Benefícios	(9.586)	(8.340)	(22.821)	(15.158)
Encargos sociais	(18.674)	(12.892)	(42.309)	(25.559)
Proventos ¹	(63.204)	(43.835)	(135.249)	(88.948)
Demandas trabalhistas	(1.194)	(681)	(3.447)	(1.096)
Treinamentos	(1.871)	(1.148)	(2.961)	(1.787)
Previdência privada complementar	(1.422)	(908)	(3.173)	(1.757)
Total	(97.868)	(68.764)	(214.148)	(136.652)

¹ Inclui as despesas e os respectivos encargos incidentes sobre os programas de remuneração variável.

d) Outras despesas administrativas

	2º Semestre/2023	2º Semestre/2022	Exercício/2023	Exercício/2022
Água, energia e gás	(134)	(150)	(438)	(200)
Aluguéis	(1.684)	(664)	(3.095)	(1.708)
Comunicações	(4.297)	(2.358)	(7.486)	(5.895)
Manutenção e conservação de bens	(1.299)	(592)	(2.451)	(1.078)
Material	(292)	(191)	(489)	(434)
Processamento de dados	(94.329)	(84.373)	(176.199)	(165.874)
Promoções e relações públicas	(716)	(394)	(941)	(689)
Propaganda e publicidade	(941)	(5.415)	(4.849)	(33.527)
Serviços do sistema financeiro	(9.128)	(1.166)	(9.836)	(4.419)
Serviços de terceiros	(5.532)	(804)	(6.216)	(1.843)
Proventos ¹	(555)	(70)	(1.094)	(136)
Serviços técnicos especializados	(87.929)	(62.040)	(122.422)	(105.143)
Transportes	(342)	(33)	(485)	(71)
Viagens	(396)	(243)	(714)	(337)
Emolumentos judiciais e cartórios	(769)	(497)	(1.249)	(976)
Seguros	(1.120)	(222)	(1.399)	(471)
Impostos e multas de bens arrendados	(3.542)	(3.668)	(4.401)	(4.090)
Contribuições filantrópicas	(13.416)	(1.108)	(21.598)	(14.940)
Outras ²	(33.691)	(16.414)	(63.501)	(27.503)
Total	(260.122)	(187.119)	(428.863)	(369.442)

¹ Contempla os efeitos do convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos celebrados com a controladora e entidades ligadas.

e) Outras receitas operacionais

	2º Semestre/2023	2º Semestre/2022	Exercício/2023	Exercício/2022
Atualização de depósitos em garantia ¹	1.730	1.779	3.063	2.359
Recuperação de encargos e despesas	15.065	2.555	19.774	3.422
Ressarcimento de multas e atualização de tributos pagos a maior	5.848	956	11.390	1.093
Programa de bônus e milhagens	670	967	1.245	1.887
Outras	1.071	28	1.083	138
Total²	24.384	6.285	36.555	8.899

¹ Inclui os efeitos decorrentes da mudança no índice de atualização de depósitos judiciais (aumento).
² Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período. A apresentação na respectiva linha de receita ou despesa leva em conta o período mais recente.

f) Outras despesas operacionais

	2º Semestre/2023	2º Semestre/2022	Exercício/2023	Exercício/2022
Custos associados à produção - Parceiros comerciais ¹	(2.557)	(12.686)		



BANCO BV S.A.

(antiga BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A.)

CNPJ 01.858.774/0001-10

Avenida das Nações Unidas, 14.171, Torre A, 12º andar, parte, Vila Gertrudes, São Paulo - (SP), Brasil, CEP 04794-000

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	31.12.2023			
	Conglom. Banco do Brasil	Banco Votorantim e Controladas	Outras	Total
Ativos				
Aplicações interfinanceiras de liquidez ¹	-	273.580	-	273.580
Outros ativos	73	77.406	41.399	118.878
Passivos				
Depósitos	-	(1.942.729)	-	(1.942.729)
Outros passivos	-	(71.418)	-	(71.418)
Resultado				
Rendas de juros, prestação de serviços e outras receitas	-	8.026	-	8.026
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	-	(61.849)	-	(61.849)
		Exercício/2023 ¹		

	31.12.2022			
	Conglom. Banco do Brasil	Banco Votorantim e Controladas	Outras	Total
Ativos				
Aplicações interfinanceiras de liquidez ²	-	595.799	-	595.799
Outros ativos	125	13.182	20.700	34.007
Passivos				
Depósitos	-	(2.270.398)	-	(2.270.398)
Outros passivos	-	(46.065)	-	(46.065)
Resultado				
Rendas de juros, prestação de serviços e outras receitas	-	31.251	-	31.251
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	-	(157.536)	-	(157.536)
		Exercício/2022 ¹		

¹ Não houve transações com a parte relacionada Votorantim S.A. ao longo do período.
² Inclui as operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias classificadas como Caixa e equivalentes de caixa.

21. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Os principais benefícios oferecidos aos empregados do Conglomerado, do qual a Companhia é integrante, previstos em acordo coletivo da categoria são seguro saúde, seguro de vida, assistência odontológica, vales refeição e alimentação, programas de remuneração variável e participação nos lucros e resultados. Dentre os benefícios mencionados, destacamos os programas de remuneração variável.

No primeiro semestre de 2017, o Conglomerado, do qual a Companhia é integrante, implementou um novo programa de remuneração variável. São elegíveis ao programa os diretores e empregados do Conglomerado, do qual a Companhia é integrante. Esse programa foi aprovado pelo Conselho de Administração em 09 de março de 2017 e foram encerrados no exercício de competência de 2018, com efeitos até fevereiro de 2023.

Em 2021, o Conglomerado, do qual a Companhia é integrante, implementou para os executivos, um plano de incentivo de longo prazo, que consiste em uma expectativa de direito de recebimento em ações virtuais, condicionado ao desempenho da organização no horizonte do tempo, com o objetivo (i) atração, motivação e retenção de talentos; (ii) alinhamento dos interesses dos executivos aos objetivos e interesses dos acionistas; (iii) geração de resultados e criação sustentável de valor; e (iv) criação de uma visão de longo prazo. Este plano tem duração de até 4 anos.

Em 31 de dezembro de 2023, os montantes relativos às transações de incentivos de longo prazo reconhecidos no resultado em Despesa de pessoal - Proventos foi de R\$ 2.888 (R\$ 3.474 em 31 de dezembro de 2022). Tais incentivos tornam-se de direito entre 1 e no máximo 4 anos contados da data da concessão.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia registrou na rubrica Outros passivos - Provisão para despesas de pessoal o montante de R\$ 6.939 (R\$ 5.995 em 31 de dezembro de 2022).

	Exercício/2023	Exercício/2022
Plano ILP	882.000	882.000
Quantidade inicial	1.108.339	882.000
Novas/Atualizações	1.990.339	882.000
Quantidade final ¹		
¹ O Plano ILP para executivos entrou em vigor no exercício de competência de 2021.		

Além dos benefícios previstos em acordo coletivo da categoria, o Conglomerado, do qual o Banco BV S.A. é integrante, ainda oferece outros benefícios, dentre os quais destacamos o plano de previdência privada nas modalidades PGBL (Plano Gerador de Benefícios Livres) e VGBL (Vida Gerador de Benefícios Livres), onde o Conglomerado, do qual a Companhia é integrante, na qualidade de patrocinador contribui para formação do montante a ser revertido em renda complementar de aposentadoria pós-emprego.

O programa de previdência privada tem como objetivo (i) reforçar o vínculo de longo prazo; (ii) conscientização do planejamento financeiro; e (iii) complementar a renda na aposentadoria.

22. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Provisões para demandas fiscais e cíveis - Prováveis

A Companhia constitui provisão para demandas fiscais e cíveis com risco de perda provável, quantificada utilizando metodologia individualizada ou massificada, de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

Para as ações fiscais, a Companhia está sujeita, em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias, a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidade), e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos econômicos. A maioria das ações oriundas das autuações versa sobre ISS, IRPJ, CSLL, PIS/CoFins e contribuições previdenciárias patronais. Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.

As ações cíveis referem-se, basicamente, a ações indenizatórias, revisão das condições e encargos contratuais e tarifas. Para as ações classificadas como massificadas a estimativa de desfecho e valor financeiro são calculados através de modelo estatístico. Para os demais casos, as estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da Administração da entidade, por meio da opinião dos assessores jurídicos e contadores com base nos elementos e decisões do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

A Administração da Companhia considera ser suficiente a provisão constituída para atendimento às perdas decorrentes de demandas fiscais e cíveis.

a.1) Saldos dos passivos contingentes classificados como prováveis

	31.12.2023	31.12.2022
Demandas fiscais	12.360	13.907
Demandas cíveis	10.613	11.511
Total	22.973	25.418

a.2) Movimentações nas provisões para demandas fiscais e cíveis classificadas como prováveis

	2º Semestre/2023	2º Semestre/2022	Exercício/2023	Exercício/2022
Demandas fiscais¹				
Saldo inicial	13.345	17.641	13.907	20.303
Constituições	96	20.799	617	22.691
Reversão da provisão	(1.468)	(23.714)	(2.328)	(28.038)
Baixa por pagamento ³	(299)	(1.326)	(920)	(1.708)
Atualizações ⁴	686	507	1.084	659
Saldo final	12.360	13.907	12.360	13.907
Demandas cíveis³				
Saldo inicial	11.095	10.635	11.511	12.174
Constituições	2.582	3.078	5.187	6.137
Reversão da provisão	(1.776)	(2.181)	(4.081)	(4.652)
Baixa por pagamento ²	(2.434)	(2.243)	(4.528)	(4.494)
Atualizações ⁴	1.147	2.222	2.524	2.346
Saldo final	10.614	11.511	10.613	11.511
Total das demandas fiscais e cíveis	22.974	25.418	22.973	25.418

¹ Referem-se basicamente a questões tributárias sobre tributos de terceiros e ISS.
² Refere-se à baixa por pagamento por decisão judicial ou acordo entre as partes. O valor efetivamente pago está apresentado nas respectivas linhas das notas explicativas 16c e 16f.
³ Referem-se basicamente a ações indenizatórias.
⁴ Em demandas cíveis, contempla atualizações monetárias e efeitos de remensuração de "preços unitários", que compõem a metodologia de cálculo de perdas.

a.3) Cronograma esperado de desembolsos em 31 de dezembro de 2023

	31.12.2023	
	Fiscais	Cíveis
De 5 a 10 anos	12.360	10.613
Total	12.360	10.613

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudence dos tribunais, torna incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

a.4) (Constituição)/reversão de provisão para passivos contingentes

	2º Semestre/2023	2º Semestre/2022	Exercício/2023	Exercício/2022
Demandas fiscais	985	3.734	1.547	6.396
Demandas cíveis	483	(676)	899	663
Total	1.468	2.858	2.446	7.059

b) Passivos contingentes - Possíveis

Os montantes evidenciados no quadro a seguir representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação da Companhia. As demandas são classificadas como possível quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota, ficando dispensadas de constituição de provisão.

a.5) Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	31.12.2023	31.12.2022
Demandas fiscais ¹	320.586	314.240
Demandas cíveis	2.812	2.512
Total	323.398	316.752

¹ As principais discussões referem-se a: (i) ISS sobre o Valor Residual Garantido - VRG cobrado nas operações de arrendamento mercantil realizadas de 2014 a 2017, no valor de R\$ 181.163 (R\$ 160.802 em 31 de dezembro de 2022); e (ii) Dedução de PDD das bases de cálculo do IRPJ/CSLL, IRPJ e PIS e da COFINS.

c) Depósitos em garantia de recursos

Como garantia de algumas ações, quando necessário, o Conglomerado realiza depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	31.12.2023	31.12.2022
Demandas fiscais	30.961	28.467
Demandas cíveis	8.684	11.666
Total	39.645	40.133

d) Obrigações legais

O BV S.A. mantém registrado em contas específicas de Outros passivos - Obrigação legal, o montante de R\$ 1.882 (R\$ 1.387 em 31 de dezembro de 2022) em decorrência da obtenção de liminar que lhe assegura o direito de não incluir as despesas com ISS na base de cálculo das contribuições para o PIS e da COFINS.

23. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

1) Permissão de gestão de riscos

A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitam a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pelo Conglomerado, do qual a Companhia é integrante. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de Capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada. A Companhia dispõe de uma matriz de riscos considerados como materiais, cuja aprovação é realizada periodicamente pelo Conselho de Administração. Para cada risco listado é realizada uma avaliação do tratamento mais adequado (gestão, hedge/seguros ou capitalização) com o objetivo de direcionar a melhor forma de monitoramento e controle de cada exposição. Os riscos considerados como materiais na data-base de referência são:

- Risco de crédito;
- Risco de crédito da contraparte;
- Risco de concentração de crédito;
- Risco de mercado;
- Risco de variação das taxas de juros da carteira bancária (IRRB);
- Risco de liquidez;
- Risco operacional;
- Risco de reputação;
- Risco de estratégia;
- Risco social;
- Risco ambiental;
- Risco climático;
- Risco de modelos;
- Risco de conformidade;
- Risco de *underwriting*;

- Risco de *collateral*;
- Risco de tecnologia;
- Risco de segurança cibernética; e
- Risco de contágio.

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados às atividades diárias do Conglomerado. O envolvimento da alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos. A estrutura de governança para gestão de riscos e capital abrange a totalidade do Conglomerado Prudencial e é composta, além das respectivas equipes e diretores responsáveis por riscos e por ALM (*Asset Liability Management*), também por fóruns colegiados, internos e corporativos, formalmente organizados e com delegação de alçadas. Cada órgão de governança tem papel, escopo e composição definidos em normativos, que orientam sobre as regras, responsabilidades e limites de acordo com as estratégias do negócio e cenários de mercado. Os principais fóruns são:

- O Comitê de Controles e Riscos e o Comitê de ALM e Tributos são os fóruns internos de gerenciamento de riscos e capital da administração. Adicionalmente, o Comitê Executivo (ComEx) tem por atribuição o acompanhamento geral de tais temas; e
- O Comitê de Riscos e de Capital (CRC) tem por função assessorar o Conselho de Administração, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017, na elaboração da estratégia de alocação de capital do Conglomerado, na observação da aplicação da declaração de apetite por riscos (RAS) e no monitoramento de riscos e capital, além de coordenar suas atividades com o Comitê de Auditoria (COAUD), a fim de facilitar a troca de informações, os ajustes necessários à estrutura de governança de riscos e de capital e garantir o efetivo tratamento dos riscos a que o Conglomerado está exposto.

O apetite de riscos consiste na declaração do risco que a Companhia está disposta a aceitar para atingir os seus objetivos, e é monitorado por meio de indicadores e seus respectivos limites. A declaração do apetite de riscos aprovada pelo Conselho de Administração reflete a expectativa da Alta Administração e norteia o planejamento estratégico e o orçamento, permeando a Companhia. A partir desta declaração, o seu monitoramento ocorre por meio de um dashboard constituído por indicadores e limites que são acompanhados mensalmente nas alçadas competentes, além de ações, monitoramentos complementares e projetos específicos.

O Conglomerado, dispõe de estruturas e políticas gerais e específicas para o gerenciamento de risco e capital, conforme Resolução CMN nº 4.557/2017, aprovadas pelo Conselho de Administração e os princípios básicos observados na gestão e controle dos riscos e do capital foram estabelecidos em conformidade com a regulamentação vigente e práticas de mercado.

Adicionalmente, ressalta-se que a Companhia realiza o processo interno de avaliação da adequação de capital (ICAAP), em linha com a Resolução CMN nº 4.557/2017, Circular nº 3.911/2018 e Carta-Circular Bacen nº 3.907/2018, e o respectivo relatório é disponibilizado ao Bacen anualmente, abrangendo o plano de capital, teste de estresse, plano de contingência de capital e gestão e avaliação da necessidade de capital frente aos riscos relevantes a que a Companhia está exposta, entre outros temas.

Informações detalhadas sobre o processo de gerenciamento de riscos e capital podem ser observadas no documento "Relatório de gestão de riscos e capital", elaborado com base no atendimento da Resolução BCB nº 54/2020, disponível no site de Relações com Investidores em www.bancobv.com.br/ri. Abaixo estão descritas as definições dos principais riscos do Conglomerado.

a) Risco de crédito

Definição
 Risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a:

- Não cumprimento pela contraparte (o tomador de recursos, o garantidor ou o emissor de título ou valor mobiliário adquirido), de suas obrigações nos termos pactuados;
- Desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador;
- Reestruturação de instrumentos financeiros; e
- Custos de recuperação de exposições de ativos problemáticos.

b) Risco de mercado

Definição
 Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma instituição financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação de fatores de risco, tais como taxas de juros, paridades cambiais, preços de ações e de commodities, entre outros.

Hierarquia de valor justo
 O cálculo do valor justo está sujeito a uma estrutura de controle definida para garantir que os valores calculados sejam determinados por um departamento independente do tomador de risco.

- O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia:
- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
 - **Nível 2:** Inputs incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
 - **Nível 3:** Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Envolve o emprego de métodos quantitativos, amplamente aceitos, que utilizam referenciais de mercado e dados não observáveis no mercado na produção de suas estimativas.

Todos os ativos financeiros estão contabilizados pelo seu valor justo, sendo que os títulos públicos enquadram-se no nível 1 e as cotas de fundos de investimento no nível 3.

c) Risco de liquidez

Definição
 Risco de liquidez é definido como:

- A possibilidade de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade de a Companhia não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

d) Risco operacional

Definição
 Risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Esta definição inclui o risco legal associado a inadequações ou deficiências em contratos firmados pelo Conglomerado ao qual a Companhia faz parte, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Conglomerado. Entre os eventos de risco operacional, incluem-se:

- Fraudes internas e externas;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pelo conglomerado;
- Situações que acarretem a interrupção das atividades;
- Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); e
- Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades pelo Conglomerado.

e) Risco social, ambiental e climático

Definição
 Risco social e ambiental são definidos, nos termos da Resolução CMN nº 4.943/2021, como a possibilidade de ocorrência de perdas para a Companhia ocasionadas, respectivamente, por eventos associados a (i) práticas de violação de direitos e garantias fundamentais e de interesses comuns, e (ii) atos de degradação do meio ambiente. O risco climático é definido, em suas vertentes, como risco de transição, relacionado ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, e risco físico, relativo à ocorrência de intempéries frequentes e severas ou por alterações ambientais de longo prazo, que possam ser associadas a mudanças em padrões climáticos.

Gerenciamento do risco social, ambiental e climático
 A gestão do risco social, ambiental e climático (GRSAC) do Conglomerado cumpre os requisitos da Resolução CMN nº 4.943/2021 e 4.945/2021 que estabeleceram, respectivamente, novas regras para a estrutura do gerenciamento integrado dos riscos social, ambiental e climático e a implementação da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRASC). Observando o cumprimento da legislação pertinente, e as disposições normativas, a Companhia avalia os aspectos socioambientais e climáticos, de acordo com os princípios de relevância e proporcionalidade de que trata a Resolução CMN nº 4.557/2017, com os quais o cliente, fornecedor ou investida esteja envolvido, a fim de subsidiar a tomada de decisão das áreas competentes durante os processos de concessão de crédito, avaliação de garantias imobiliárias, homologação de fornecedores, fontes de captação, novos investimentos, produtos e serviços.

Tangibilizando a importância do tema para a Companhia, o apetite de riscos (RAS) da Companhia contempla uma dimensão exclusiva sobre risco social, ambiental e climático, sendo monitorado mensalmente e reportado para o Comitê de Controles e Riscos (CCR), Comitê de Riscos e Capital (CRC) e Conselho de Administração (CA). Adicionalmente, a Companhia elencou setores e atividades cujas operações financeiras são proibidas ou restritas, além de considerar um limite máximo de concentração para alguns desses setores econômicos.

No âmbito da concessão de crédito, o gerenciamento do risco social, ambiental e climático é realizado por meio de metodologias específicas de análise que determinam o Rating ESG, incluso no processo de atribuição do Rating de Crédito. Em contrapartida, a análise do risco socioambiental em projetos atende as diretrizes estabelecidas pelos Princípios do Equador (PE).

Em complemento a estrutura do GRSAC, a Companhia realiza a avaliação da exposição do portfólio de crédito aos riscos climáticos em suas duas vertentes (risco físico e de transição) e o período do teste de estresse climático. Informações adicionais do GRSAC estão disponíveis no website: ri.bv.com.br/relatoriogrsac/.

2) Processo de gestão de capital

A gestão de capital no Conglomerado, é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico.

Em linha com a Resolução CMN nº 4.557/2017, e Circular nº 3.846/2017 do Bacen, o Conglomerado dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do capital, aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), contemplando os seguintes itens:

- Gestão de capital por meio de processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital necessário para fazer frente aos riscos relevantes;
- Políticas e estratégias documentadas;
- Fóruns específicos para compor estratégias e efetuar a gestão do uso do capital;
- Plano de capital para três anos, abrangendo metas e projeções de capital, principais fontes de captação e plano de contingência de capital;
- Testes de estresse e seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais para a Alta Administração (diretoria e Conselho de Administração);
- Avaliação de suficiência de capital na visão regulatória e econômica; e
- Reporte ao regulador relativos à gestão de capital, por meio do Demonstrativo de Limites Operacionais e Relatório Anual do ICAAP.

Adicionalmente, são realizadas análises da viabilidade de recompra de instrumentos elegíveis a capital com cláusulas de resgate, sempre que pertinente.

j) Índices de capital

Os índices de capital são apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente, sendo eles:

- Índice de Basileia (PR / RWA);
- Índice de Nível I (Nível I / RWA);
- Índice de Capital Principal (Capital Principal / RWA).

A Razão de Alavancagem (RA), conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.748/2015, é definida pela razão do Nível I sobre a Exposição Total do Conglomerado. O limite mínimo da Razão de Alavancagem (RA) é de 3%, conforme Resolução nº 4.615/2017 do Conselho Monetário Nacional.

A Resolução CMN nº 4.955/2021 que define os itens referentes aos ajustes prudenciais deduzidos de forma integral do Patrimônio de Referência, entrou em vigor a partir de 03 de janeiro de 2022 e revogou a Resolução CMN 4.192/2013. Não houve impactos relevantes na apuração do Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial com esta alteração normativa.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais considera o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN nº 4.950/2021 e revogou a Resolução CMN nº 4.280/2013. Não houve impactos relevantes na apuração do Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial com esta alteração normativa.

Em 31 de dezembro de 2023, o Índice de Solvabilidade (Basileia) do Conglomerado Prudencial foi de 15,65% (14,28% em 31 de dezembro de 2022). Em atendimento a Resolução BCB nº 54/2020, o Conglomerado, do qual o Banco BV S.A. é parte integrante, mantém informações adicionais de seu processo de gestão de riscos e capital, incluindo as metodologias de análise de sensibilidade das suas exposições disponibilizadas no website: www.bancobv.com.br/ri/.

ii) Suficiência de capital (visão regulatória)

A análise da suficiência de capital na visão regulatória tem como objetivo avaliar se a Companhia possui Patrimônio de Referência (Capital Disponível) em nível superior ao capital exigido para cobertura dos riscos de Pilar I, acrescido da exigência adicional para cobertura do risco de variação das taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (IRRB) conforme a Resolução BCB nº 48/2020.

Mensalmente após a apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do Capital Exigido, são divulgados relatórios gerenciais de acompanhamento do Patrimônio de Referência para riscos e os índices de capitais (Basileia, Nível I e Principal) para as áreas envolvidas.

24. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

<



BANCO BV S.A.

(antiga BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A.)

CNPJ 01.858.774/0001-10

Avenida das Nações Unidas, 14.171, Torre A, 12º andar, parte, Vila Gertrudes, São Paulo - (SP), Brasil, CEP 04794-000

→★ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos

opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das controladas e coligadas para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis do Banco.

Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria do Banco.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de março de 2024



pwc

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury

Contadora CRC 1SP192785/O-4

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 27/03/2024

A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/03/27/BANCOBV1575134827032024.pdf>

Hash: 17114949615360c23de24d419b8fb6f9dcbb0e4e46